

# DIÁLOGO INDÍGENA: UMA PERSPECTIVA DA VISÃO PATAXÓ SOBRE O ENSINO E PESQUISA

**Eujacio Batista Lopes Filho - Karkaju Pataxó**

Presidente do Āgwaré Instituto. Graduado em Ciências Sociais e Humanidades FIEI-UFMG, mestrando em Estado e Sociedade pela UFSB

**RESUMO:** No presente estudo, analisou-se a importância do diálogo com o pesquisador acadêmico indígena e sua relação entre os saberes tradicionais empíricos em correlação com o saber científico. O objetivo foi dialogar com o corpo discente do Simpósio e possibilitar a quebra do paradigma associado ao interlocutor índio. Para tanto, realizou-se uma investigação com base nos pressupostos metodológicos das Ciências Sociais, combinando-se consulta a documentos e acervo pessoal, fruto de vivências adquiridas no dia a dia da comunidade, por meio de reuniões, rodas de conversas, formações e anotações pessoais no contexto Pataxó resultando na troca de saberes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pataxó. Educação. Patxôhã. Atxohã. Pesquisa. Indígena.

## INTRODUÇÃO

Este material é fruto de uma experiência no V SINTEPE - Simpósio de Integração de Ensino Pesquisa e Extensão, (UNEB, Campus Eunápolis, 2020) reforçando o lugar de fala de representantes de Comunidades tradicionais e indígenas. A produção de qualquer trabalho acadêmico deve estar atrelada a aspirações que encontram respaldo nas vivências de seus autores. Neste trabalho será levado em consideração, além da argumentação teórica e as vivências deste autor, liderança, pesquisador, fotógrafo, design e consultor, que vive todas as dificuldades e conquistas na sua prática diária dentro e fora da sua aldeia, permitindo assim uma abordagem ampla sobre temas relacionados ao seu Povo, o Povo Pataxó.

Contextualizando historicamente, o povo Pataxó após ter contato com os “brancos”,<sup>1</sup> passou por um processo de submissão à cultura europeia, inicialmente com a vinda dos padres jesuítas. Esses,

<sup>1</sup> Aqui irei citar o termo “branco” referindo-me ao não índio ou colonizadores.

mesmo não tendo como primeira missão a educação escolar dos índios e sim propagar a reforma católica e a aquisição de almas, passaram a fazê-lo por conta de um projeto de dominação da coroa portuguesa e, posteriormente, com a política de nacionalização e assimilação dos povos indígenas.

No período pós-colonial, a missão do governo, antes das leis pró indígenas, era apenas integrar os índios à sociedade na busca de uma “homogeneidade nacional”. Somente com a promulgação da Constituição de 1988, nos artigos 231<sup>2</sup> e 232<sup>3</sup>, as sociedades indígenas puderam buscar o caminho inverso ao processo integracionista de predominância da cultura do branco, tiveram reconhecidas suas organizações sociais, línguas e o direito a uma educação escolar intercultural, diferenciada e específica. Segundo Saraiva:

O SPI ( serviço de proteção ao índio), teria esta tarefa de tornar os índios cidadãos brasileiros produtivos à nação, pois, na sociedade idealizada pelo Estado Novo, não havia espaço para mendigos, criminosos, subversivos, malandros e índios nômades[...]Além de Encarregado do Posto, ao mestre-escola cabia a responsabilidade da alfabetização dos índios menores e também o ensino cívico, que incluía o culto à bandeira e os exercícios ginásticos militares [...] No caso dos postos que se localizavam em áreas de fronteira, era necessário não somente um trabalhador disciplinado, mas um soldado pronto para defender os interesses do país, caso isso fosse preciso (2000, p. 218 a 219).

Os povos indígenas no Brasil passaram por séculos de colonização, tendo como consequência o genocídio de muitos povos, ocasionando um processo de assimilação o que gerou hoje a transformação cultural de nossa identidade cultural e a perda de grande parte do nosso território.

Também é relevante apontar que com a política de aldeamento em reservas fixas, as práticas e costumes dos indígenas sofreram limitações e readaptações, fazendo-se necessária a manutenção da cultura, da saúde corporal e mental. As grandes caminhadas em busca dos alimentos sazonais, a exploração de novos locais e a caça tornaram-se muito pouco praticadas ou privadas devido às áreas em sobreposição de Parque Nacionais e grilagem de terras. A fixação dos índios em um só lugar lhes tornaram mais sensíveis às doenças próprias do sedentarismo. Outras atividades tiveram que ser adaptadas e reinventadas para preencher uma lacuna, como forma de passar o tempo, assim como, a televisão, o rádio e outros meios de comunicação modernos ganharam espaços na rotina desse Povo.

Devido a sua resistência e luta, o Povo Pataxó, atualmente é um dos maiores grupos indígenas em população no Nordeste, localizados em Minas Gerais, Bahia e, mais

---

2 231. São reconhecidos aos **índios** sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

3 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

recentemente, no Rio de Janeiro, como estados onde se encontram as principais aldeias do grupo Pataxó, sendo 08 aldeias em Minas Gerais, 48 aldeias na Bahia e 01 no Rio de Janeiro.

Cada aldeia tem suas particularidades, podendo se organizar internamente diferente uma das outras, mas há algumas singularidades na organização, sendo comum ter um cacique, associações e conselhos e estes estão atrelados ao Conselho de Caciques (Minas Gerais e Bahia) e às organizações de movimentos.

Essas comunidades e organizações buscam sua autonomia e sustentabilidade, tendo como bandeira a homologação do território que é hoje um dos fatores de luta constante por esse direito, o direito à terra, à vida e sua cosmologia indígena ancestral. Por não ter uma definição na regularização territorial, existem territórios que enfrentam vários desafios como:



Figura 2 Mapa Ilustrativo das Aldeias Pataxó da Bahia - Karkaju Pataxó.

Áreas em sobreposição, a exemplo do Parque Nacional do Monte Pascoal que está sobreposto ao Território Pataxó Barra Velha, conflitos com fazendeiros, multinacionais, especulação fundiária, desmatamentos e o atual desafio somado a todos estes é o enfrentamento a COVID-19 que aumentou o isolamento das comunidades, fazendo com que suas lideranças e suas organizações buscassem novas estratégias na busca de apoio e campanhas para que não houvesse a disseminação do vírus, bem como a arrecadação de alimentos para amenizar o isolamento. Essas campanhas foram de suma importância também para as comunidades não indígenas do entorno das aldeias, onde algumas famílias foram atendidas com cestas básicas oriundas das campanhas indígenas.

É importante apontar que o preconceito e rejeição aos indígenas sempre foram constantes na região do Sul da Bahia. Em tempos mais recentes, após o fim da perseguição do Povo Pataxó que ocorre até os dias atuais à criminalização de lideranças indígenas e descaso social, político e cultural. Houve um período que os anciões chamam de “tempo da negação”, no qual os próprios índios se negavam a se identificar como indígena devido a discriminação e exclusão social. O que levou o Povo Pataxó a deixar de falar sua língua materna, deixando-a “adormecida”.

Sendo assim, só um Pataxó que vive a dinâmica do seu povo dentro de sua aldeia pode, através de sua vivência, captar informações invisibilizadas por aqueles que não fazem parte de nosso grupo, ou seja, sentir na pele as marcas dos mais de 500 anos do processo de colonização, que acarretou dentre outras consequências a transformação e quase perda de nossa identidade étnica cultural. O que nos entusiasma é o crescente número de indígenas nos espaços acadêmicos e neste tipo de debate realizado no V SINTEPE, que permite estreitar essa distância que há anos nos separam.

Esta conquista de espaço é um marco na história de luta dos Povos indígenas e abre novas formas de luta e visibilidade, trazendo luz aos conhecimentos das pesquisas e produções que aliam os conhecimentos acadêmicos ao científico.

Nesse processo novas tecnologias foram sendo incorporadas à cultura indígena, fruto disso a Coordenação Atxôhã<sup>4</sup> promoveu o curso “Muká Mukaú: Dxahá Atxôhã Patxutxô”<sup>5</sup> online, ofertado com uma carga horária total de 50 horas, considerando 32 horas aulas online e 18 horas de atividades complementares. Realizado uma vez por semana, todas as sextas-feiras, nos horários das 15 às 17 horas, entre os meses de agosto a novembro de 2020, combinados entre os participantes. Trata-se de Curso à distância de formação inicial em Patxôhã<sup>6</sup> voltado para a pesquisa, estudos, produção de materiais didáticos e ensino da língua Patxôhã nas aldeias do povo Pataxó. Reunindo cerca de 250 alunos oriundos das diversas aldeias Pataxó da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foi a primeira vez

4 Coordenação Atxôhã é o grupo de pesquisa da história, cultura e língua Pataxó criado por professores, pesquisadores e lideranças Pataxó com o intuito de pesquisar e disseminar os saberes e conhecimentos entre todas aldeias Pataxó, grupo responsável pela manutenção da língua e cultura Pataxó.

5 Muká mukaú: Dxahá Atxôhã Patxutxô: Unir Reunir para cortar na língua, cortar na língua ou língua é uma expressão usada pelos mais velhos pra identificar quem fala o idioma Pataxó.

6 Patxôhã: Língua Pataxó, linguagem de guerreiro

que uma etnia realizou um curso dessa envergadura ou de tamanha abrangência, trazendo num momento de isolamento social temas atuais e históricos de um Povo indígena.

O Curso Muká Mukaú: Dxahá Atxôhã Patxutxô foi ministrado e coordenado por professores Pataxó do Grupo ATXÔHÃ e contou com a colaboração de especialistas indígenas Pataxó, lideranças, educadores, pesquisadores e anciãos que juntos trocaram saberes particulares ao grupo, possibilitando uma maior reflexão sobre diversos temas fundamentais e de grande relevância. E no que se refere aos objetivos e conteúdo, foram delineados, visando o aprimoramento do conhecimento do Patxohã entre os membros do povo Pataxó, o fortalecimento da língua e seu uso nos diferentes espaços da comunidade, assim como, contribuir para a afirmação da identidade, cultura e a luta Pataxó.

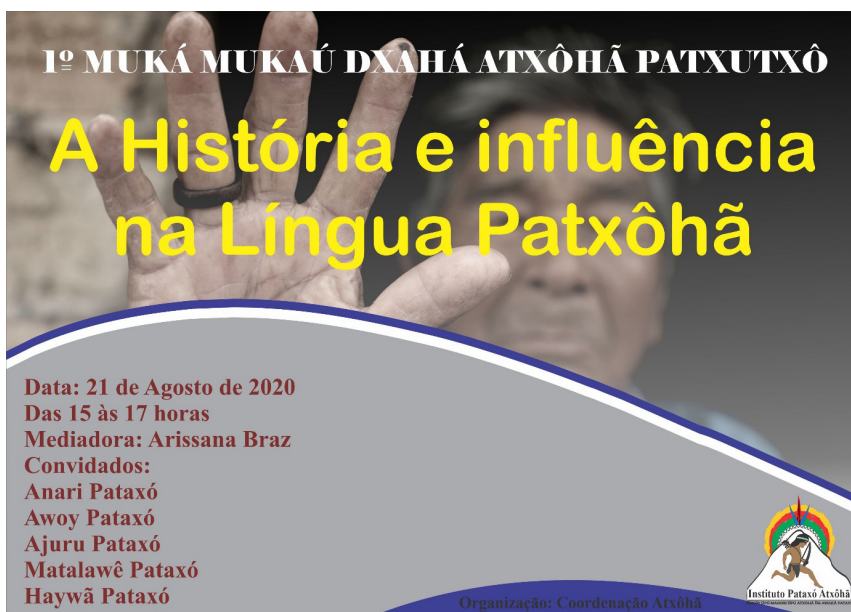


Figura 3 Arte de Divulgação do Curso Muká Mukaú: Dxahá Atxôhã Patxutxô – Arte: Karkaju Pataxó.

Um dos diferenciais desse curso foi possibilitar a participação de um público tão grande e de localidades diferentes tendo que enfrentar as dificuldades de acesso à internet, que foi um dos maiores problemas, mas que foi superado e administrado trazendo uma participação não só dos alunos inscritos, mas de seus familiares que puderam acompanhar cada aula muitas vezes em um só aparelho de celular. O curso ofertou para os líderes e anciãos um espaço no qual sua voz pode ser ouvida diante do contexto do Covid-19, cada fala trazia consigo os anseios dos que são as bibliotecas vivas do Povo Pataxó, reativando suas memórias e lembranças de tempos passados que dialogam com os temas atuais, reafirmando suas lutas, suas conquistas e os desafios.

Os estudos da língua foram desenvolvidos a partir de temas propostos e de

interesses dos alunos, a partir de aulas práticas, considerando reflexões e discussões, a oralidade, compreensão a escrita e gramática, por meio de atividades individuais e em grupos, visando seu uso nas modalidades orais e escritas. Os temas abordados tiveram a participação de convidados das comunidades para colaborar com as discussões.

Destaca-se, nesse curso, a resiliência de um Povo que soube se adaptar ao longo da sua história para não perder seus valores e sua rica cultura, e em tempos de pandemia conseguiu realizar um grande feito, a coordenação do curso visa reunir todo material produzido durante as aulas e transformar em material didático para as escolas, inclusive escolas não indígenas como forma de diminuir o preconceito contra os povos indígenas, em especial na Bahia.

Desta maneira, buscamos a manutenção da nossa língua materna, usamos nossos trajes tradicionais, nossos cânticos são entoados com tanta reverência aos nossos ancestrais espirituais sagrados, os passos de nossas danças são tão compassados e tão conectados aos espíritos e os elementos da natureza, embora já não vivemos mais da caça e da pesca, tudo porque nos tiraram de nosso território, onde desenvolvemos nosso modo de viver os jogos Pataxó é um espaço pra essa manutenção cultural. Espaço este que nos permite fazer o uso de novas tecnologias sem perder a nossa conexão com nossos costumes ancestrais.

Neste sentido, destaco a fala de Altaci Kokama<sup>7</sup> durante o curso de formação sobre a língua, história e cultura Pataxó que nos faz refletir sobre a importância da manutenção da língua:

“Para quem tem consciência do perigo que é perder uma língua, tem que evitar que entrem palavras que não sejam da própria língua, dentro da língua, para que a língua tenha consciência desse processo que a gente vive hoje de retomada e de fortalecimento” (KOKAMA, Altaci, curso Muká Mukaú Dxahá Atxôhã Patxutxô, 2020).

Altaci falou da importância do processo de manutenção linguística do seu Povo dando destaque ao espírito da língua com base na cosmologia Kokama,<sup>8</sup> o que é presente e vivo na cultura indígena e que não depende “do ver para crer”, a língua (idioma) é uma entidade, faz parte da alma indígena.

Observa-se que os conteúdos didáticos apresentados não são suficientes para

---

7 Professora Dra. Altaci Corrêa Rubim é graduada em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas, (2005) e Pedagogia pela Universidade Leonardo Da Vinci (2009), mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia-PPGSA/UFAM, (2011) e doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília, (2016). É docente e pesquisadora do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) do Instituto de Letras (IL) da UnB e professora/pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia-PNCSA/UEA. Orienta mestrado, iniciação científica e trabalho de conclusão de curso. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Teorias da Instrução e na área de Antropologia. Atua com os seguintes temas: mapeamento, identidade étnica, índios na cidade, Política Linguística e, principalmente, com elaboração de material didático em língua indígena. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas (2017). Foi chefe da Gerência de Educação Escolar Indígena da SEMED/ Manaus (2017-2018). Tem publicação de artigos no Brasil e no exterior. **(Texto informado pela autora)**

8 Etnia Kokama: Os Cocamas são um grupo indígena que habita a Amazônia do alto rio Solimões, onde se encontram a Área Indígena Évare I e Terras Indígenas Igarapé Acapori de Cima e Sapotal até o médio Solimões, na Área Indígena Kokama, no estado brasileiro do Amazonas; e também no Peru e na Colômbia.

orientar plenamente a prática pedagógica dos professores dessa área, haja vista que cada povo apresenta manifestações culturais próprias e que precisam ser pensadas de forma articulada aos conhecimentos específicos e tradicionais da comunidade em questão.

Os povos indígenas possuem formas próprias de organização social, seus valores simbólicos, tradições, saberes e processos de constituição de conhecimentos e transmissão cultural para seus descendentes.

Com efeito, cada povo, cada etnia indígena tem uma cultura própria, com organização social e econômica e práticas corporais particulares. As práticas corporais das sociedades tradicionais colaboram para que valores, costumes, normas sociais e comportamentos desejados sejam assimilados por meio dos corpos dos indivíduos, tendo como base suas tradições. No plano simbólico, constituem-se em vivências lúdicas, expressões e linguagens com sentidos e significados que emergem dos contextos nos quais são realizadas (GRANDO, 2010, p. 73).

Historicamente, o “branco” sempre determinou o que o índio teria que aprender sobre a cultura europeia, contudo nunca se perguntou ao índio o que ele gostaria que o “branco” aprendesse sobre a cultura indígena. A lei 11.645/08 vem tentar corrigir essa distorção provocada pelo processo de dominação europeia. A narrativa do próprio índio elucidará sua verdadeira condição histórica e sociocultural. Segundo o antropólogo Gersem Luciano, índio do povo Baniwa:

Historicamente os índios têm sido objeto de múltiplas imagens e conceituações por parte dos não-índios e, em consequência, dos próprios índios, marcadas profundamente por preconceitos e ignorância. Desde a chegada dos portugueses e outros europeus que por aqui se instalaram, os habitantes nativos foram alvo de diferentes percepções e julgamentos quanto às características, aos comportamentos, às capacidades e à natureza biológica e espiritual que lhes são próprias. Alguns religiosos europeus, por exemplo, duvidavam que os índios tivessem alma. [...] Dessa visão limitada e discriminatória, que pautou a relação entre índios e brancos no Brasil desde 1500, [...] A sociedade brasileira majoritária, permeada pela visão evolucionista da história e das culturas, continua considerando os povos indígenas como culturas em estágios inferiores, cuja única perspectiva é a integração e a assimilação à cultura global[...] Um mundo que se auto define como moderno e civilizado não pode aceitar conviver com essa ausência de democracia racial, cultural e política. Como se pode ser civilizado se não se aceita conviver com outras civilizações? Como se pode ser culto e sábio se não se conhece – e o que é bem pior – não se aceita conhecer outras culturas e sabedorias? Enquanto isso não acontece, continuamos convivendo com as contradições em relação aos povos indígenas, as quais podemos resumir na atualidade em três distintas perspectivas sociais. A primeira diz respeito à antiga visão romântica sobre os índios, presente desde a chegada dos primeiros europeus ao Brasil. É a visão que concebe o índio como ligado à natureza, protetor das florestas, ingênuo, pouco capaz ou incapaz de compreender o mundo branco com suas regras e valores. O índio viveria numa sociedade contrária à sociedade moderna. Essa visão criada por cronistas, romancistas e intelectuais, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral em 1500 (LUCIANO, 2006, p. 36).



É necessário que façamos uma reflexão sobre os pensamentos relatados acima, visto que os mesmos provem de estudos antropológicos feitos e pesquisados pelos próprios índios e apontam as aspirações de centenas de povos originários do nosso Brasil.

O uso de pesquisas nas comunidades é um tema hoje muito debatido, em especial pelos índios mais velhos que já não querem mais participar de entrevistas acadêmicas devido a relatos de casos que distorceram suas falas e que não valorizam seus conhecimentos, muitas vezes sendo um mero objeto de estudo. O respeito aos seus conhecimentos evita termos dissidência com os conhecimentos da academia.

A base da cultura de um povo está enraizada pelos seus mais velhos que são grandes conhecedores da história de seu grupo étnico. E é por isso que lutamos, hoje, pelo nosso território, onde podemos reconstruir e manter nossa identidade étnica cultural, elaborar movimentos e estratégias de afirmação, resistência e retomadas. Nesse sentido, os acadêmicos indígenas são um elo entre a academia e a comunidade, ajudando no processo de elaboração de projetos de pesquisas, baseados nas tradições culturais Pataxó e que tem ressonância em todas as nossas aldeias, assim, são identificados e identificam como pertencentes aos Pataxó, se configuram como um patrimônio imaterial cultural de nosso povo.

A educação dos indígenas acontece na lida do dia a dia, no contato com os pais, parentes, geralmente os mais experientes da tribo, na qual o pajé além de grande líder espiritual, também se figura como o educador de muitas coisas, inclusive da medicina. Entre a lida diária, cantos, danças e as rodas de conversas, ensinam como funciona sua cultura, suas lendas, mitos e seu modo de vida. Neste contexto, a educação supria todas as necessidades de um modo de vida que perfazia centenas de anos quando a apreensão de conhecimentos se faz no processo oral, se aprende a religião e todas as outras habilidades e conhecimentos necessários à sua sobrevivência. Até onde se sabe não existia a escrita, mas esse elemento nunca fez falta até a chegada dos conquistadores europeus.

Essa ocupação intelectual indígena visa romper paradigmas associados ao modo de vida indígena e que, no imaginário do branco, o índio é um ser parado no tempo, que não se conecta ao momento atual, fazendo o uso de novas tecnologias e estratégias de adaptações ao seu modo de vida. Vale ressaltar que é necessário explicar ao leigo, que a Lei nº 11.645/08, não se refere à cultura indígena a ser ensinada nas aldeias dos povos tradicionais do Brasil, e sim, a cultura do índio ensinada nas escolas do não índio. Essa lei é fruto das lutas dos povos indígenas em prol do direito de contar sua própria história, para dirimir as mazelas provocadas pelo preconceito, racismo, e falta de informação sobre os povos indígenas. Segundo a lei:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos,



tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras." (BRASIL. Lei 11.645/08).

Ao abordarmos tal tema relativo aos materiais didáticos utilizados para aplicação dos conteúdos indígenas, iremos identificar uma grande lacuna que existe por falta de conteúdos fundamentados no conhecimento empírico dos indígenas.

Materiais como livros, apostilas ou músicas abordam de forma superficial ou apenas como história estática. Mostra apenas o índio histórico, dando muito mais importância à narrativa folclórica ou filtrada pelos autores brancos. É necessário explicar que o índio histórico é fruto do estudo de historiadores, antropólogos e arqueólogos que buscam incessantemente os fatos que formam a história do índio, fatos que poderão ser adequados, dando contemporaneidade a história de acordo com as pesquisas. O índio folclórico é aquele que nasce do imaginário popular, da produção artística de dança e música e literatura ligadas a fatos folclóricos, ou seja, da licença poética que vem junto de tudo isso.

O índio genérico foi criado por uma política de assimilação, integração na qual se nega a existência de centenas de povos com denominações, culturas, religiões e modo de vida totalmente diferentes. O livro didático, até os dias de hoje, foi agente dessa política de generalização do índio. Tornando-se necessário a publicação de novos materiais didáticos confeccionados pelos próprios educadores e pesquisadores indígenas. Atrelado a isso muitas ferramentas e eventos foram sendo realizados com forma de aproximação com a sociedade envolvente dinamizando e estreitando os laços de troca de saberes.

Um importante instrumento de transmissão de conhecimento e técnicas foi introduzido à cultura Pataxó em forma de evento cultural e esportivo denominado Jogos Indígenas Pataxó e que não poderia deixar de ser abordado aqui.

Os Jogos Indígenas representam mais uma iniciativa das Aldeias Pataxó na valorização de sua cultura. Ao reunir centenas de jovens e adultos, permite um momento de integração entre as comunidades indígenas, resultando no fortalecimento dos laços culturais, na ampliação do processo de solidariedade étnica e política e na troca de saberes e fazeres. Da mesma forma, ao realizar competições de modalidades esportivas tradicionais, como o arco e flecha e a corrida de tora, possibilita a transmissão e apropriação de práticas culturais fundamentais para a afirmação da identidade indígena. Mais do que trazer entretenimento e espírito competitivo, o evento traz a memória, a história e a cultura de um Povo em cada atividade que realiza.

Outra característica importante é o perfil dos participantes, levando-se em consideração as últimas edições do evento em 2017, mais de 70% dos participantes eram

jovens indígenas entre 16 e 25 anos. A relevância de ter os jovens como público-participante desse projeto está nas suas condições de vida e na importância desses sujeitos para as comunidades indígenas. Em primeiro lugar, é preciso registrar que algumas aldeias Pataxó, por serem comunidades próximas a áreas urbanas com forte contato com as atividades turísticas, têm convivido com graves problemas como o tráfico de drogas e a exploração sexual de crianças e adolescentes, sendo a prática do esporte um instrumento de sociabilidade, integração social e elevação da autoestima capaz de diminuir a situação de vulnerabilidade dos jovens Pataxó. Em segundo lugar, os jovens Pataxó tiveram um papel crucial no processo de afirmação cultural iniciado na década de 1990, assumindo a responsabilidade de resgatar, registrar e difundir saberes e fazeres que se viviam na memória dos anciões das aldeias, sendo um momento de partilha de experiência e de formação de novas lideranças indígenas.

Todavia, os Jogos Indígenas não atendem apenas às demandas das comunidades Pataxó. Como a programação do evento comporta competições, palestras, apresentações, venda de artesanato, culinária indígena, oficinas de pintura e desfile, os não-índios podem usufruir o espaço como um verdadeiro ponto de encontro cultural. Aos moradores da cidade, o evento pode possibilitar a divulgação da riqueza cultural indígena e a sensibilização dos visitantes frente a necessidade de uma convivência intercultural pacífica, respeitosa e cidadã. Aos estudantes do ensino básico, o projeto prevê a realização de atividades que possibilitarão a troca de experiências e de saberes, constituindo-se num laboratório vivo para aplicação da lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino de história e cultura indígena nas escolas. Aos turistas, o evento se transforma num atraente produto cultural, que permite a experimentação da cultura Pataxó, tanto através da degustação da culinária, quanto através do intercâmbio cultural.

Constitui-se num evento de importância singular. Atende às demandas dos povos indígenas da região, mas também representa um importante momento de integração cultural e um promissor produto cultural. Auxilia no processo de afirmação cultural dos Pataxó e ajuda a divulgar o rico patrimônio cultural e representa a consolidação de mais uma alternativa de etno-desenvolvimento construída por nós Pataxó.

Os jogos fornecem oportunidades para explorarem aspectos da vida e do cotidiano Pataxó. Quando jogam ou criam os seus, as crianças terão uma compreensão maior de como o mundo funciona e de como poderão lidar com ele à sua maneira. Hoje todas as escolas Pataxó têm na sua grade curricular escolar os Jogos Indígenas como temática para as atividades. Com recursos pedagógicos, o professor utiliza-se dos jogos e brincadeiras em atividades de leitura e escrita, matemática e outros conteúdos, devendo, no entanto, adaptar à cultura Pataxó.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitos desafios a serem superados, ainda são na maioria das vezes, espaços de diálogos criados, dando voz e participação ao índio, mas o descaso ainda deixa a desejar na proposição e discussão de implantação da cultura indígena nos espaços acadêmicos. Continuamos, na maioria das vezes, vendo a cultura do índio pelo viés poético ou político do “branco”.

Devemos propor políticas públicas que incentivem a participação e presença dos autores indígenas, que vivem as dificuldades de publicar e inserir suas obras na realidade educacional brasileira. Não para o congelamento da cultura, visto que ela é dinâmica, mas para termos a narrativa através da visão mítica e não poética. Os indígenas devem ter o direito de escrever suas histórias, adequando os fatos na sua própria visão de mundo.

Necessitamos propor uma pedagogia que separe folclore da cultura indígena, para podermos dar a devida importância a ambos, dentro das especificidades de cada um. É necessária a ampliação desses espaços a fim de derrubar os muros invisíveis que nos separam e podermos trabalhar com os materiais didáticos de forma crítica, a fim de adequar o que não estiver dentro desses espaços, e produzir e inserir nossos próprios materiais.

Trabalhar a cultura indígena é realmente um desafio, visto que fomos educados para discriminar e não para acolher o outro como ele é. Esperamos assim que esse trabalho possa somar subsídios para pesquisas mais aprofundadas sobre um assunto ainda tão pouco estudado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)>, acesso em 10 de julho de 2009.

BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm)

GRANDO, *Beleni* Salete. As práticas corporais e a educação do corpo indígena: a contribuição do esporte nos jogos dos povos indígenas. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 32, n. 2-4, p. 59-74, dez. 2010.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje. Brasília: MEC/SECAD; MUSEU NACIONAL/UFRJ, 2006. v. 1.

SARAIVA, Márcia P. **Produzir mais e melhor**: O posto indígena Pedro Dantas durante o Estado Novo (1937-1945). Belém, 100f. Monografia (Licenciatura e bacharelado em História) – Universidade Federal do Pará, 2000, p. 2018.